

Administração, Empreendedorismo e Inovação 3

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Empreendedorismo e Inovação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração, empreendedorismo e inovação 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Administração, Empreendedorismo
e Inovação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-316-3

DOI 10.22533/at.ed.163190805

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações
tecnológicas. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.421

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração, Empreendedorismo e Inovação” compreende uma série com três volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este terceiro volume é composto por vinte e um capítulos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória na área.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre Administração, Empreendedorismo e Inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega ao campo da Administração, Empreendedorismo e Inovação à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “*Accountability* e Transparência: análise das metas do CNJ” e faz uma análise das metas de gestão estratégica estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os anos de 2009 e 2014 e demonstra a ausência de instrumentos de controle do tipo *accountability* e transparência. O segundo capítulo tem como título “Administração Pública e a Gestão pela Qualidade: uso da escala SERVQUAL” e objetivou analisar a qualidade dos serviços prestados pelos servidores técnico-administrativos aos discentes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB). O terceiro capítulo, intitulado “Clima Organizacional: avaliação de satisfação dos servidores públicos municipais em um órgão do Município de Ponta Porã – MS”, teve como objetivo avaliar a satisfação dos servidores públicos municipais de um órgão na cidade de Ponta Porã – MS.

O quarto capítulo, intitulado “Desenvolvimento de Bem-Estar no Trabalho e Proatividade como Estratégia de Prevenção de Intenção de Rotatividade entre Docentes de Rede Pública de Ensino”, objetivou analisar o impacto de bem-estar no trabalho e proatividade na intenção de rotatividade. O quinto capítulo, intitulado “Escala de Valores Organizacionais como Ferramenta para a Evolução da Cultura no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia”, buscou estudar os valores organizacionais no Poder Judiciário do Estado de Rondônia como forma de auxiliar no desenvolvimento de novas estratégias para a resolução dos problemas e satisfação das necessidades da organização. O sexto capítulo tem como título “Evidências do Padrão Lampedusa na Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins” e objetivou analisar a influência da administração pública patrimonial sobre a gestão da Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins.

O sétimo capítulo é intitulado “Gestão de Custos no Setor Público: um estudo em um restaurante universitário” e objetivou analisar como a gestão de custos pode contribuir para o processo decisório sobre a melhor aplicação dos recursos

em um restaurante universitário, analisando os possíveis ganhos e a aplicabilidade do sistema de custeio baseado em atividades (ABC). O oitavo capítulo tem como título “Gestão Estratégica em Âmbito Público: proposta de planejamento para polo em EaD” e objetivou propor um plano de ação para o polo de apoio presencial de Mari – PB. O nono capítulo, intitulado “Inovação e Governança na Gestão Pública: reflexões sobre um processo adotado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul”, objetivou descrever e refletir um tipo de inovação na gestão pública, mais especificamente aplicada ao Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul.

O décimo capítulo é intitulado “Gestão e Avaliação de Desempenho: um estudo de caso” e objetivou analisar as possibilidades e limitações do Manual de Orientação de Gestão de Desempenho da SEGEP. O décimo primeiro capítulo tem como título “Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de Sistema Fotovoltaico em uma Residência na Região Norte do Ceará” e objetivou avaliar tecnicamente e economicamente a utilização de energia solar fotovoltaica em uma residência conectada à rede elétrica em Reriutaba, Ceará. O décimo segundo capítulo, intitulado “Recuperação de Cobre de Placas de Circuito Impresso por meio da Lixiviação Ácida”, teve como objetivo realizar a recuperação do metal, oriundo de placas de circuito impresso, visto a grande porcentagem do metal nesses materiais, de mesmo modo tratar uma medida para a redução de lixo eletrônico gerado pela sociedade atual, detendo o foco de sustentabilidade.

O décimo terceiro capítulo tem como título “Desenvolvimento Sustentável no Semiárido: a experiência da Cooperativa Agropecuária Familiar de Curaçá, Uauá e Canudos – COOPERCUC” e buscou descrever o contexto de desenvolvimento sustentável da COOPERCUC, tendo como objeto de estudo o impacto social transformador da cooperativa e a sua convivência com o semiárido. O décimo quarto capítulo é intitulado “Modelagem do Quadro Conceitual de ACV-Social para a Logística Reversa do Setor de Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico no Município do Rio de Janeiro” e teve como objetivo realizar a modelagem de um quadro conceitual que define as partes interessadas, categorias de impacto, subcategorias de impacto e indicadores na perspectiva da avaliação social do ciclo de vida utilizando-se, como objeto de pesquisa, a logística reversa de REEE (Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico) no Município do Rio de Janeiro. O décimo quinto capítulo é intitulado “Verificação do Potencial de Utilização dos Resíduos Orgânicos Provenientes do Restaurante Acadêmico para Vermicompostagem” e tem como objetivo utilizar o Restaurante acadêmico do IFCE, Campus Maracanaú, como fonte de resíduos orgânicos e com o intuito da redução do volume de resíduos gerados e descartados, uma vez que em lixos urbanos possuem a maior fração.

O décimo sexto capítulo tem como título “Uso de Ferramentas da ACV No Comércio Internacional: estudo de caso sobre rotulagem ambiental” e objetivou avaliar se a rotulagem ambiental, baseada em ACV, contribui para o aumento da competitividade de produtos nacionais em mercados globais. O décimo sétimo capítulo é intitulado

“Avaliação de Interações em Jogos de Guerra por Lógica Fuzzy” e objetivou aplicar a Lógica Fuzzy no apoio a Jogos de Guerra. O décimo oitavo capítulo tem como título “Adaptação Transcultural na Validação da *Survey* UTAUT2 para o Brasil” e objetivou apresentar o método adaptação transcultural de instrumento de coleta de dados aos estudantes, profissionais e pesquisadores do campo do marketing.

O décimo nono capítulo, intitulado “A Identidade e a Cultura Nacional pela Perspectiva da Corrupção”, teve como objetivo apresentar os principais elementos constituintes do que é tido como identidade nacional. O vigésimo capítulo tem como título “Entre Prescrito e o Real: a organização real do trabalho na intervenção em crises suicidas” e buscou compreender, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, a organização real do trabalho na intervenção em crises suicidas. O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Hearing for All” e objetivou desenvolver produtos ligados à área de saúde, por meio do desenvolvimento de uma tecnologia de baixo custo.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de Administração, Empreendedorismo e Inovação, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ACCOUNTABILTY E TRANSPARÊNCIA: ANÁLISE DAS METAS DO CNJ	
Clerilei Aparecida Bier	
Mariana Pessini Mezzaroba	
Gisiela Klein	
Carlos Roberto de Rolt	
Adrián Sánchez Abraham	
DOI 10.22533/at.ed.1631908051	
CAPÍTULO 2	22
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E A GESTÃO PELA QUALIDADE: USO DA ESCALA SERVQUAL	
Amanda Raquel de França Filgueiras Damorim	
Luciane Albuquerque Sá de Souza	
Luciano de Santana Medeiros	
Eduardo Albuquerque de Sá	
Emanoela Moura Toscano	
Simone Moura Cabral	
Odaelson Clementino da Silva	
Manuelle Cristine Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1631908052	
CAPÍTULO 3	41
CLIMA ORGANIZACIONAL: AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM UM ÓRGÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ-MS	
Juliana Gonçalves	
Paulo Sérgio Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1631908053	
CAPÍTULO 4	52
DESENVOLVIMENTO DE BEM-ESTAR NO TRABALHO E PROATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE ENTRE DOCENTES DE REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Pedro Afonso Cortez	
Heila Magali da Silva Veiga	
DOI 10.22533/at.ed.1631908054	
CAPÍTULO 5	62
ESCALA DE VALORES ORGANIZACIONAIS COMO FERRAMENTA PARA A EVOLUÇÃO DA CULTURA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	
Enilton da Silva Santos	
José Moreira da Silva Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1631908055	
CAPÍTULO 6	78
EVIDÊNCIAS DO PADRÃO LAMPEDUSA NA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS	
Jeany Castro dos Santos	
Fernanda Rodrigues da Silva	
Lauro Santos Pinheiro	
Airton Cardoso Cançado	
DOI 10.22533/at.ed.1631908056	

CAPÍTULO 7	90
GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	
Greiciele Macedo Morais	
Valdeci Ferreira dos Santos	
Mário Teixeira Reis Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1631908057	
CAPÍTULO 8	107
GESTÃO ESTRATÉGICA EM ÂMBITO PÚBLICO: PROPOSTA DE PLANEJAMENTO PARA POLO EM EAD	
Amanda Raquel de França Filgueiras Damorim	
Luciane Albuquerque Sá de Souza	
Luciano de Santana Medeiros	
Eduardo Albuquerque de Sá	
Emanoela Moura Toscano	
Simone Moura Cabral	
Odaelson Clementino da Silva	
Manuelle Cristine Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1631908058	
CAPÍTULO 9	119
INOVAÇÃO E GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO ADOTADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Sandro Trescastro Bergue	
Janaina Mendes de Oliveira	
Matheus Boni Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1631908059	
CAPÍTULO 10	136
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO	
Leonardo Ferreira Bezerra	
Marcus Brauer	
Luiz Pereira Pinheiro Junior	
Leonel Estevão Finkelsteinas Tractenberg	
DOI 10.22533/at.ed.16319080510	
CAPÍTULO 11	151
ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE SISTEMA FOTOVOLTAICO EM UMA RESIDÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO CEARÁ	
Victoria Rodrigues Taumaturgo Pontes	
Adson Bezerra Moreira	
Dandara Martins Ferreira	
Flavia Peroza Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.16319080511	
CAPÍTULO 12	160
RECUPERAÇÃO DE COBRE DE PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO POR MEIO DA LIXIVIAÇÃO ÁCIDA	
Camila Iamamoto de Siqueira	
Roberta Martins da Costa Bianchi	
DOI 10.22533/at.ed.16319080512	

CAPÍTULO 13 168

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CURAÇÁ, UAUÁ E CANUDOS - COOPERCUC

Luama Soraia Coelho Lins
Bruno Emanuel Correia da Silva
Iuric Pires Martins
Alvany Maria dos Santos Santiago

DOI 10.22533/at.ed.16319080513

CAPÍTULO 14 183

MODELAGEM DO QUADRO CONCEITUAL DE ACV-SOCIAL PARA A LOGÍSTICA REVERSA DO SETOR DE RESÍDUO DE EQUIPAMENTO ELETROELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Leonardo Mangia Rodrigues
Thiago da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.16319080514

CAPÍTULO 15 193

VERIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS PROVENIENTES DO RESTAURANTE ACADÊMICO PARA VERMICOMPOSTAGEM

Vitória Natália Barbosa dos Santos
Carine Maria Ferreira Queiroga
Rossana Barros Silveira

DOI 10.22533/at.ed.16319080515

CAPÍTULO 16 199

USO DE FERRAMENTAS DA ACV NO COMÉRCIO INTERNACIONAL. ESTUDO DE CASO SOBRE ROTULAGEM AMBIENTAL

Antônio José Juliani
Thiago Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.16319080516

CAPÍTULO 17 211

AValiação DE INTERAÇÕES EM JOGOS DE GUERRA POR LÓGICA FUZZY

Luiz Octávio Gavião
Annibal Parracho Sant'Anna
Gilson Brito Alves Lima
Pauli Adriano de Almada Garcia
Sergio Kostin

DOI 10.22533/at.ed.16319080517

CAPÍTULO 18 229

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL NA VALIDAÇÃO DA *SURVEY* UTAUT2 PARA O BRASIL

Luiz Henrique Lima Faria
Nádia Kassouf Pizzinatto
Christiano França da Cunha
Antônio Carlos Giuliani
Adriano Dias de Carvalho
Rumenning Abrantes dos Santos
Rafael Buback Teixeira
Renata Sossai Freitas Faria

DOI 10.22533/at.ed.16319080518

CAPÍTULO 19	247
A IDENTIDADE E A CULTURA NACIONAL PELA PERSPECTIVA DA CORRUPÇÃO	
Lucas Coimbra de Araújo	
Cid Gonçalves Filho	
Suzana Braga Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16319080519	
CAPÍTULO 20	255
ENTRE PRESCRITO E O REAL: A ORGANIZAÇÃO REAL DO TRABALHO NA INTERVENÇÃO EM CRISES SUICIDAS	
Silvanir Destefani Sartori	
Eloisio Moulin de Souza	
Jeremias Campos Simões	
DOI 10.22533/at.ed.16319080520	
CAPÍTULO 21	270
HEARING FOR ALL	
Isadora Paloma Linhares Ribeiro	
João Marcelo Soares Bahia	
João Gabriel Alves Ribeiro Rosa	
Eduardo Romeiro Filho	
DOI 10.22533/at.ed.16319080521	
SOBRE O ORGANIZADOR	275

EVIDÊNCIAS DO PADRÃO LAMPEDUSANA NA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS

Jeany Castro dos Santos

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Palmas – Tocantins

Fernanda Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Palmas – Tocantins

Lauro Santos Pinheiro

Instituto Federal do Maranhão– UFT
Imperatriz – Maranhão

Airton Cardoso Cançado

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Palmas – Tocantins

Uma versão ampliada deste artigo foi publicada na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (SANTOS *et al.*, 2017).

RESUMO: Este artigo compreende um estudo sobre a Política de Ciência e Tecnologia no estado do Tocantins, dada a quantidade de mudanças ocorridas na estrutura dessa política. Definiu-se como objetivo geral analisar a influência da administração pública patrimonial sobre a gestão da Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa em que se valeu dos seguintes procedimentos metodológicos: realização de

pesquisa bibliográfica e documental; aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Os resultados apontaram que as mudanças ocorridas no setor da Ciência e Tecnologia do Tocantins, como por exemplo: a criação das instituições formais que buscaram garantir a manutenção da influência da administração pública patrimonial ao invés da busca pela consolidação e institucionalização da Ciência e Tecnologia no Estado. As evidências que comprovaram esta inferência foram identificadas nas contínuas mudanças ocorridas ao longo dos anos de 2005 a 2015, que vão desde as constantes trocas de secretários aos atos de criar e extinguir as instituições vinculadas a essa política. Desta forma, percebeu-se que “as mudanças ocorridas na política foram realizadas para que as coisas permanecessem como sempre estiveram” confirmando assim, a lógica simbólica do “Padrão de Lampedusa”.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência e Tecnologia. Patrimonialismo. Lampedusa. Institucionalização.

EVIDENCE OF THE STANDARD LAMPEDUSA¹ IN THE POLICY OF SCIENCE AND TECHNOLOGY IN THE STATE OF

1. O padrão Lampedusa utilizado neste artigo faz referência ao escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa. A ideia foi apresentada no romance de Lampedusa, *O leopardo*, quando o personagem, Tancredi explica a seu tio as razões de sua adesão às forças republicanas: “(...) Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude. Expliquei-me bem?” (LAMPEDUSA, 1963, p.32).

ABSTRACT: This article includes a study on the Science and Technology Policy in the State of Tocantins, given the amount of changes that have occurred in the structure of this policy. It was defined as a general objective to analyze the influence of the patrimonial public administration on the management of the Science and Technology Policy in the State of Tocantins. It is a qualitative research that used the following methodological procedures: documental and bibliographical research; application of semi-structured interviews and content analysis. The results pointed out that the changes in the Science and Technology sector of Tocantins, such as the creation of formal institutions, looked for to maintain the influence of the patrimonial public administration, rather than the search for the consolidation and institutionalization of Science and Technology in the State. The evidences that proved this inference were identified in the continuous changes that occurred during the years 2005 to 2015, ranging from the constant changes of secretaries to acts of creating and extinguishing the institutions linked to this policy. In this way, it was realized that “the changes occurred in the policies were made for that the things would remain as they always were”, confirming this way the symbolic logic of the “Lampedusa Pattern”.

KEYWORDS: Science and Technology. Patrimonialism. Lampedusa. Institutionalization.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente nas abordagens da administração pública é possível identificar três orientações distintas, trata-se dos paradigmas patrimonial, burocrático e gerencial. Em suma, o primeiro é marcado pelo poder pessoal e arbitrário do soberano e de seus representantes. O segundo fundamenta-se em regras objetivas e delimitação de autonomia. O terceiro concentra-se em resultados e aproxima a administração pública da gestão empresarial (OLIVEIRA, PEREIRA; OLIVEIRA, 2007). Vestígios de todas essas fases ainda se encontram presentes na realidade brasileira.

Há ainda um debate que sugere um novo paradigma: Administração Pública Societal (PAES-DE-PAULA, 2005a; 2005b), que direciona a administração pública para a abertura de processos participativos mediante a Gestão Social. A Gestão Social por sua vez é apresentada por Cançado, Tenório e Pereira (2011, p.697) como sendo “a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto, e na emancipação enquanto fim último”.

Seguindo estas orientações, este trabalho abordará predominantemente o paradigma do patrimonialismo. O título República Federativa do Brasil não passa de uma referência constitucional, descrita logo no início da Constituição Federal “uma vez que a preocupação com o bem comum, com a *res pública*, não faz parte do ideário nacional. O patrimonialismo, o confundir o bem público como um bem privado, tem sido uma prática cotidiana dos nossos homens públicos” (TENÓRIO, 2012, p.28, grifo

do autor).

Para provocar a discussão desses resquícios do patrimonialismo dentro do campo da Gestão e do Desenvolvimento Regional, este estudo teve como objetivo examinar o processo de institucionalização da Ciência e Tecnologia (C&T) no Tocantins, a partir dos marco históricos de criação das instituições² formais³, buscando identificar os atores envolvidos, as medidas adotadas e as decisões que promoveram avanços e retrocessos, que desvendam a influência da administração pública patrimonial na gestão dessa política, sob a ótica da lógica simbólica do “Padrão de Lampedusa”.

A ideia da abstração teórica contida na abordagem do Padrão de Lampedusa advém da seguinte afirmação “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (LAMPEDUSA, 1963), o mesmo originou-se do romance “O Leopardo”, escrito por Tomasi de Lampedusa. A obra é considerada um documento histórico-político e ilustra os acordos criados entre a velha nobreza siciliana e a burguesia nascente na Inglaterra.

Quanto aos objetivos específicos, estabeleceram-se os seguintes: i) descrever os avanços e retrocessos da Ciência e Tecnologia no Tocantins; ii) analisar a percepção dos atores locais sobre esta política; iii) avaliar os traços do patrimonialismo na condução da política local de Ciência e Tecnologia.

Para analisar os dados desenvolveu-se uma analogia da lógica simbólica do “Padrão de Lampedusa”, contada no romance, relativa à descrição do declínio da aristocracia e ascensão da burguesia, com os resultados coletados na análise do processo de institucionalização da C&T no Tocantins, que expõem antigas práticas do patrimonialismo combinadas com as facetas de uma nova sociedade de privilégios (SOUZA, 2003).

Uma das ideias centrais trabalhadas por Lampedusa (1963, p.34) elucida que depois das modificações praticadas “tudo ficará na mesma, embora tudo tenha mudado”. No presente estudo, constatou-se que não há uma preocupação com a continuidade das ações adotadas na gestão da política, muda-se simplesmente por mudar, sem planejamento do que se espera alcançar com a mudança. Na pesquisa, não foram identificados documentos que direcionem as ações da C&T a médio e longo prazo, e esta constatação associada às constantes mudanças de secretários e equipes técnicas, torna a política estadual de C&T fragmentada, e por consequência, sem resultados significativos que proporcione o desenvolvimento regional.

Ao realizar este estudo, almeja-se contribuir para estimular o debate acadêmico sobre a questão regional em suas diferentes dimensões, em uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar; possibilitando com isto o enriquecimento da discussão sobre a importância das políticas públicas voltadas para a Ciência e

2. **Instituições** são as regras do jogo numa sociedade. Representam os limites (constrangimentos, restrições) estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas e estruturam os incentivos de natureza política, social e econômica (NORTH, 1998).

3. **Formais** – são organizações, acordos, contratos, regras escritas em constituições, leis, regulamentos e outras (NORTH, 1998).

Tecnologia, enquanto uma das tarefas fundamentais de aprimoramento da gestão e promoção do desenvolvimento regional, ambos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável.

2 | O PATRIMONIALISMO COMO HERANÇA POLÍTICA NO BRASIL

No Patrimonialismo “todas as relações (políticas e administrativas) entre governantes e governados são de cunho privado” (BRUHNS, 2012, p. 63). Nesta lógica, a temática do patrimonialismo, cuja matriz teórica remonta a Max Weber, “tende a associar, como ideia principal, o trato da coisa pública pela autoridade como se privada fosse” (SILVEIRA, 2006, p. 1).

Para Faoro (2012) a distinção obscura na gestão da coisa pública ganhou destaque na história da formação das instituições políticas do Brasil, mormente por conta de uma cultura portuguesa transplantada⁴ indiscriminadamente através da monarquia, sendo reforçada no Império e se mantendo, ora em grande destaque, ora de maneira subliminar, resquícios de um patrimonialismo fácil de ser gerido, de certa forma, à revelia da opinião do povo.

O estudo do patrimonialismo no Brasil passa pela obra “Os donos do Poder” de Faoro (2012) e outros trabalhos do autor (2003; 2007; 2008). Tal reconhecimento ocorre pelo fato de que “Faoro foi o precursor do uso da abordagem weberiana para entender o Brasil” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 208). Outros autores também são relevantes nesse debate como, por exemplo, Fernandes (1981) com a obra “A revolução burguesa no Brasil” e Souza com a obra “A construção social da subcidadania” (2003).

Fernandes (1981) reconhece a influência marxista e weberiana para explicar as forças que provocaram as mudanças sociais. Em sua análise o autor acredita que tanto as relações feudais quanto a ascensão do capitalismo, coexistem na sociedade. De acordo com Fernandes (1981) a revolução burguesa no Brasil aconteceu de forma simbólica, visto que no arcabouço institucional e na estrutura do Estado foram mantidas algumas estruturas coloniais, fazendo com que o novo aparato institucional contasse tanto com o patrimonialismo quanto pela lógica capitalista de acumulação.

Entretanto, mesmo os autores que não concordam plenamente com Faoro (2012) consideram que a sua obra “permanece válida para a compreensão dos problemas que hoje ocorrem no nível superestrutural e remetem à questão da aplicabilidade de parâmetros de longa duração à ciência política, ou às relações entre história e política” (BARRETO, 1995, p. 181), ou seja, a complexa análise da formação do patronato político brasileiro foi descrita por Faoro (2012) desde as raízes portuguesas, passando por várias fases importantes na história do país, como os três séculos de

4. O uso das regras aplicadas em um local ou contexto transplantado para outro local ou contexto completamente diferente. Por isso, “uma instituição que pareça funcionar bem em uma sociedade desenvolvida pode funcionar bem por ser amparado por certo conjunto de instituições não facilmente identificáveis” (CHANG, 2004, p. 28), e estas limitações informais podem estar ausentes no processo de criação de algumas instituições, e com isso, representar risco de a instituição já nascer sem perspectiva.

dominação colonial, todos os detalhes que conduziram ao Império, e posteriormente, à Proclamação da República.

Ainda no Brasil Colônia, o velho e tenaz patrimonialismo português desabrocha numa ordem estamental, cada vez mais burocrático no seu estilo e na sua dependência. O rei, por seus delegados e governadores, domina as vontades, os rebeldes” (FAORO, 2012, p. 236). Com isso, o “domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas” (FAORO, 2012, p. 823).

Nesta confusão entre o público e o privado a dominação de cunho patrimonial amolda-se à cultura brasileira, inclusive muitas vezes através de força militar, mas também o Estado se colocando no papel de pai ou protetor. Neste sentido, “o ideal do chefe não decorre da heroicidade, como convém às classes e estamentos militares, mas das qualidades do governante como bom provedor” (FAORO, 2003, p. 5).

Por isso, disposto nesta conjuntura, “compraz-se o príncipe em desempenhar o papel de fazer do Estado a fonte de todas as esperanças, promessas e favores. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere” (FAORO, 2003, p. 5).

Em “Os Donos do Poder” Faoro (2012) explora o campo do simbolismo político em que emerge o condutor das massas como conteúdo estamental, porém, “não é o herói carismático, mas o senhor tradicional associado à imagem do Pai. A imagem do Estado Patrimonial apresentada é o Pai protetor, o Estado-Providência” (BARRETO, 1995, p. 192), ou seja, “é ao Estado que se pede o remédio, o Estado fonte de todos os milagres e pai de todas as desgraças” (FAORO, 2012, p. 105).

Esta herança patriarcal portuguesa caracterizada no tipo de dominação weberiana patrimonialista era conduzida por uma estrutura estamental, ou como ficou conhecida através de Faoro, “estamento burocrático”. Era uma espécie de elite que administrava os assuntos reais, “certo círculo de notáveis que conduzia os assuntos de natureza pública em uma ordem patrimonial” (SILVEIRA, 2006, p. 11), ou em outras palavras, “a elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático” (FAORO, 2012, p. 830). Assim, “o instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida” (CAMPANTE, 2003, p. 154).

Na avaliação da política faoriana, os sujeitos políticos “são por um lado o estamento e por outro lado, à sua sombra, o povo, súplice, inerte e ausente, aplaude ou fica bestializado” (BARRETO, 1995, p. 187). Incluir o fator “povo” na análise da forma de domínio patrimonialista, instrumentalizada pelo estamento burocrático, é considerar um agente político, que mesmo inerte e amorfo, permitiu, através da institucionalização deste cenário político, a “construção apoiada sobre o ápice e não sobre a base” (FAORO, 2007, p. 274) por meio do silêncio e da ausência de resistência.

Para Faoro (2007) a estrutura política brasileira foi implantada à revelia do

povo, sendo desconsiderada completamente a sua capacidade de agir em defesa da soberania, que repousava sobre os detentores do poder. Assim, “o povo inculto e de costumes primários, ausente do interesse pela coisa pública, mesmo na pequena parcela, que vota, não tem sombra de conhecimento da máquina governamental e administrativa” (FAORO, 2003, p. 3), ou seja, “o povo era uma massa amorfa a educar, a civilizar, a tutelar, de acordo com o comando do poder pessoal do imperador” (FAORO, 2007, p. 277).

No Brasil, tem-se “um povo que ainda não surgiu como ator” (FAORO, 2008, p. 116). O povo brasileiro, pacífico em essência, recebeu todo o tipo de influência eleitoral, desde o voto de cabresto, ou pela influência da força das baionetas, ou também, através de clientelismo, por meio do acesso aos serviços públicos (FAORO, 2003), ou por causa das restrições constitucionais que limitavam os votantes em quantitativos irrisórios (FAORO, 2007). Harvey (2016, p.267) em convergência com Faoro (2003; 2007; 2008) ao discorrer sobre a terceira contradição do capitalismo “Propriedade privada e Estado capitalista” menciona que “em um mundo dividido, onde o poder colonial define os colonizados como sub-humanos e maus por natureza, é impossível haver consenso”.

3 | METODOLOGIA

O presente trabalho compreende um estudo de caso e foi construído a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: realização de pesquisa bibliográfica e documental; aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo.

O referencial teórico foi fundamentado no pensamento de Raymundo Faoro (2001; 2003; 2007; 2008; 2012). No que se refere à pesquisa documental, esta foi realizada a partir da análise da Constituição e leis estaduais, atos e decretos publicados pelo governo estadual relacionado à C&T no período de 2005 a 2014. Quanto às entrevistas, estas foram realizadas com pessoas escolhidas de acordo com a sua participação no processo de tomada de decisão na política estadual de C&T, nas gestões de 2010 a 2015, período em que ocorreram significativas mudanças nesta política. Os entrevistados foram: um governador, três secretários de Ciência e Tecnologia, um técnico, quatro membros do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT) e dois membros de instituições de pesquisa. Vale Ressaltar que, em virtude do sigilo, os entrevistados foram citados pelas siglas que vai de E1 a E10, esclarecendo que para cada público foi elaborado um roteiro específico.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 19 de junho e 19 de agosto de 2015. Todas as entrevistas foram gravadas em forma de áudio e em seguida transcritas na íntegra. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin, que visa a interpretação de conhecimentos relativos ao objeto da pesquisa, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, agrupados em categoria empiricamente definida ou não (BARDIN, 2011).

4 | A TRAJETÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO TOCANTINS

O Tocantins é o mais novo estado da Federação, foi criado a partir da Constituição Brasileira de 1988 e está localizado no sudeste da região norte do país. Geograficamente, ao se desmembrar de Goiás, foi inserido entre os estados da região Norte. De forma estratégica, devido as suas características, foi agregado aos estados que compõem a Amazônia Legal, este aspecto cria possibilidades para pensar o desenvolvimento do Tocantins a partir dos investimentos destinados exclusivamente para esta região.

Neste sentido, respondendo ao dispositivo da Constituição Federal, que facultou aos estados a destinação de recursos para o desenvolvimento de políticas locais de ciência e tecnologia, a Constituição do estado do Tocantins além de comprometer-se com a esta política, criou o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FECT) e CECT, conforme o art. 142, §5º e o art. 143 respectivamente.

Mesmo diante de um cenário favorável à C&T, somente depois de 17 anos de criação do estado do Tocantins é que a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia foi incorporada à estrutura do governo, por meio do Decreto nº 2.588, datado de 30 de novembro de 2005. No rol de responsabilidades da secretaria recém-criada, estava a de instituir o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

No ano seguinte, no dia 1º de fevereiro de 2006 foi nomeado o primeiro secretário, João Leite Neto, até então a secretaria existia apenas informalmente. No mesmo mês, por meio da Lei nº 1664/2006, foi instituído o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia com o objetivo de formular as diretrizes e promover a execução da política de Ciência e Tecnologia no Tocantins, bem como a de gerir o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FECT) que viria a ser criado posteriormente.

Em 8 de março do mesmo ano, houve a primeira reestruturação da secretaria, por meio do Decreto nº 2.894, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e a Fundação Universidade do Tocantins passaram a estar vinculados à Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT). Em 3 de janeiro de 2007, ocorre nova mudança de secretário, desta vez assume o senhor José Augusto Pires Paula que permaneceu no cargo por apenas quatro meses, assim, em 26 de abril, assume a secretaria o senhor Osmar Nina Garcia Neto.

Em 12 de novembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.540, que dispõe sobre o FECT, renovando o Decreto-Lei nº 719/1969 e a Lei nº 9.478/1997, seu objetivo foi instituir o Conselho Diretor, definir a fonte de receita para a constituição do Fundo e definir a aplicação dos recursos.

Em 14 de setembro de 2009, assume a secretaria a senhora Maria Fernanda Varanda Carneiro que permanece no cargo por 6 meses. Em 31 de março de 2010 é nomeada para o cargo de secretária, Márcia Izabel Barbosa Soares. No dia 1º de janeiro de 2011 a SECT é novamente reestruturada. Na nova proposta, lança-se ao desafio de captar e difundir novas tecnologias. Logo em seguida, em 2 de janeiro de 2011 assume a SECT o senhor Luiz Carlos Borges da Silveira.

Nesta gestão duas importantes medidas foram adotadas, a principal foi a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT). Na ocasião, somente o Tocantins, Roraima e Rondônia ainda não possuíam uma fundação de amparo à pesquisa. Por meio da Lei complementar nº 71 de 31 de maio de 2011, foi criada a mais nova fundação de amparo do país, a FAPT com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente projetos de difusão tecnológica, extensão, inovação e investigação, desenvolvidos individualmente ou por instituições públicas e privadas sediadas no Estado. Na ocasião foi constituído o Conselho Curador da FAPT, instância deliberativa da fundação e para presidi-la, no dia 7 de abril de 2011, foi nomeada a senhora Andrea Noleto de Souza Stival.

A segunda medida foi a criação da lei de inovação, outra adequação ao cenário nacional, assim, em 5 de julho do mesmo ano, por meio da Lei nº 2.458, foi instituída a lei de inovação com o objetivo de incentivar a inovação e a pesquisa científico-tecnológica nas atividades produtivas, com vistas à obtenção de autonomia, capacitação e competitividade no processo de desenvolvimento industrial do Estado. Por intermédio desta lei foi criado o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de articular e orientar as estratégias das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente em ciência, tecnologia e inovação no Estado do Tocantins.

De acordo com o documento técnico emitido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2013) em relação à Amazônia Legal, só é possível pensar o desenvolvimento desta região se as bases estruturais do sistema de C&T estiverem presentes, ou seja, “expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), estruturação das Secretarias de Ciência e Tecnologia, a presença das Fundações de Amparo, aumento do aporte local de recursos, incremento das parcerias com o governo federal”.

Diante destes apontamentos, com as medidas recém-adotadas, o Tocantins estaria se adequando ao sistema de C&T da Amazônia, em sintonia com os estados das regiões mais desenvolvidas, bem como os estados pertencentes à própria Amazônia Legal como Pará e Amazonas, que juntos respondem por 44% do PIB regional (CGEE, 2012). Este aspecto sinaliza para outro problema: as desigualdades intrarregionais, quanto mais o sistema de C&T for heterogêneo, mais frágil e menos eficaz se tornam as políticas de desenvolvimento regional, pois acabam se concentrando em alguns estados fazendo com que os resultados da Amazônia Legal fiquem aquém das suas potencialidades e não cumpram o seu papel de indutor de desenvolvimento regional.

Depois de um período de importantes avanços, mesmo considerando a constante troca de secretário, constata-se que o cenário subsequente caminhou na direção oposta ao que havia sido desenhado para o Tocantins. Em 10 de outubro de 2012, assume a SECT, Andrea Noleto de Souza Stival, que passa a acumular a função de secretária e presidente da FAPT.

Em 25 de fevereiro de 2013, por meio da medida provisória nº 1, ocorre a fusão entre a Secretaria da Indústria e do Comércio com a Secretaria da Ciência e Tecnologia

e Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Humano. No mesmo dia, assume a recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), o senhor Paulo Henrique Ferreira Massuia, que em 12 de abril também assume a presidência da FAPT.

A partir destas medidas, a estrutura da antiga SECTI foi reduzida a uma sala e a FAPT deixou de ter sede própria. Suas funções passaram a ser exercidas pelos funcionários da SEDECTI, o único servidor ligado diretamente à FAPT era o próprio secretário (E1, 2014).

Avaliando os contextos que promoveram a desestruturação da política estadual de C&T no Tocantins, nota-se por meio da verificação das atas do Conselho, que não se registrou nenhuma resistência por parte da comunidade empresarial e científica, evidenciando com isso uma relativa ausência de participação destes sujeitos nas decisões políticas da C&T no Tocantins. Pela própria composição do Conselho, percebe-se que o mesmo foi estruturado de forma a garantir o controle sobre as decisões, pois dos 13 membros que integraram o Conselho, 8 eram representantes do governo.

5 | CONSIDERAIS FINAIS

Considerando-se o pressuposto que originou o presente estudo, que compara o Padrão Lampedusa com as decisões do governo estadual em relação à política de C&T, percebeu-se que os mandos e desmandos foram uma constante na política de C&T no estado do Tocantins, mesmo no período considerado neste estudo, como de avanços, dada a criação de instituições formais como a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, comprovou-se que o padrão Lampedusa permeou as decisões relacionadas aos gestores desta pasta, como pôde ser verificado no caso das constantes trocas de secretários.

A discussão teórica sobre a relação da herança patrimonial no Brasil através do tempo com os acontecimentos ocorridos no Tocantins comprovam o peso que tais práticas exercem sobre as gerações presentes, em especial, o estado do Tocantins.

Foi possível deduzir que o Padrão Lampedusa se aplica como estratégia utilizada pelos governos do estado do Tocantins para conduzir a política pública de C&T de forma a garantir que o bem público seja usado como “coisa nossa”, mantendo-se as estruturas como estavam no passado.

O fato de criar as instituições e um modelo de governança para promover o avanço da política de C&T, não implicou, necessariamente, que houvesse um comprometimento com a institucionalização da política no estado, e sim o contrário, o processo de institucionalização ocorrido entre os anos de 1988 e 2011 foi desfeito nos anos subsequentes – 2012 a 2015, voltando-se, em termos de instituições formais, ao estágio inicial da política. Essas evidências tornam a expressão de Lampedusa (1963,

p.32) coerente: “(...) Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”.

A cultura patrimonialista verificada neste estudo permite alertar que a mesma não será apagada ou substituída tão cedo na população brasileira, afinal de contas, são mais de 500 anos de história. Sendo assim, há que se considerar que este processo é lento, portanto, deverá ser gradativo e evolutivo ao ajustamento do comportamento coletivo em prol de um Estado melhor para todos.

O século XXI está sendo marcado pela velocidade com que ocorrem os avanços na área de Ciência e Tecnologia em todo o mundo. No Tocantins a criação de instituições formais, necessárias à consolidação da Ciência e Tecnologia, ocorreram de forma tardia, se compararmos com os demais Estados brasileiros, visto que é um estado recém-criado, mesmo ocorrendo de forma lenta, os investimentos em ciência e tecnologia são considerados de caráter inevitável, pois são fundamentais para a promoção tanto do desenvolvimento em nível local, quanto nacional e internacional.

Conclui-se este trabalho chamando a atenção para a necessidade de se consolidarem as instituições formais responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e controle do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, bem como da política como um todo, cuidando para que as decisões estejam acima dos ganhos políticos, e também não apenas regulem a conduta do quadro político, mas que tenham poder de punir os infratores e através destas ações, construam uma cultura de que a coisa pública é de todos nós, sendo então “um assunto nosso”, e que os políticos nada são além de representantes das bases.

Apesar de parecer um discurso distante das práticas atuais, ele torna-se cada vez mais necessário quando se tem uma classe política que se sente confortável, superior e intocável, exigindo assim, um tom a mais de seriedade na gestão da coisa pública.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L. **Os Barões da Federação**: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira. São Paulo, Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Kátia M. Mendonça. Um projeto civilizador: revisitando Faoro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 181-196, 1995.

BERNARDI, Jorge. **A organização municipal e a política urbana**. Curitiba: Ibpex, 2007.

BRUHNS, Hinnerk. O Conceito de Patrimonialismo e Suas Interpretações Contemporâneas. **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 61-77, 2012.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F.; PEREIRA, J. R.; Gestão Social: reflexos teóricos e conceituais. **Cardemos EBAPE.BR** [online]. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp. 681-703, set. 2011.

CAMPANTE, Rubens Goyata. Patrimonialismo em Faoro e Weber. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n.º 1, 2003, p. 153-93.

CHANG, H-J. **Chutando a Escada**: Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

EUSTACHIO, José. **A Resiliência e a Plasticidade**. Endeavor Brasil. 2016. Disponível em <https://endeavor.org.br/resiliencia-plasticidade/>. Acesso em 3 de maio de 2017.

FAORO, Raymundo. **A Democracia Traída**: entrevistas. Organização e notas Maurício Dias. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **À Espera da Cidadania**. Revista Valor Econômico, ano 2, n. 249, 27 abr. 2001. Entrevista concedida a Jadyr PAVÃO.

_____. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

_____. O estamento burocrático no Brasil: consequências e esperanças. **Revista Jurídica Virtual**. v. 5, n. 49, Junho/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_49/pateao.htm> Acessado em 06 fev. 2013.

_____. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo, Zahar, 1981.

FREYRE, Gilberto Casa grande e senzala. Lisboa: [s. n.], 1957.

_____. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Nacional/Edusp. 1969.

_____. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Recort, 1990a.

_____. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: Record, 1990b.

GUEDES, Juliana Santos. **Separação dos Poderes?** O Poder Executivo e a Tripartição de Poderes no Brasil. Disponível em <<http://www.portelaadvocacia.com.br/artigos.asp>> Acesso em 12 jan. 2012.

HARVEY, David. 17 **Contradições e o fim do capitalismo**. 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 1995, 26 edição.

LAMPEDUSA, G.T. di. **O Leopardo**. 3ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMONGI, Fernando P. **“O Federalista”**: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

NORTH, Douglas C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

OLIVEIRA, E. Alves de; FALAVINHA, Diego H. S. **A Estrutura do Estado Nacional**: Uma Análise

Organizacional da Forma de Estruturação dos Poderes da República. Edição 07/2011.

OLIVEIRA, V. C. da S. e; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. Paradigmas de Administração Pública e Conselhos Gestores Municipais: Velhas Abordagens de Gestão em Novos Arranjos Institucionais? **XXXI ENANPAD**, Rio de Janeiro, set. 2007.

Revista Matiz Online. **Matão (SP)**: Instituto Matonense de Educação e Ensino Superior. Programa de divulgação científica do IMMES, 2011. Disponível em: <<http://www.immes.edu.br>>. Acesso em 19 dez. 2012.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a Gestão Social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, jan/mar., 2005a.

_____. **Por uma nova gestão pública**. São Paulo: FGV, 2005b, 204p.

PEREIRA, Daniel, PEREIRA, Paulo Celso. O Substrato da Corrupção. **Revista VEJA**. São Paulo, ed. 2244, ano 44, n. 47, p. 72-76, 23 nov. 2011.

SANTOS, J. C. et al. Caminhos e (des)caminhos da política de ciência e tecnologia no estado do tocamtins: desvendando o padrão lampedusa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** [online]. Taubaté - SP, v. 13, n. 3, pp. 295- 320, set/dez. 2017.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-13, 2003.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do Estado brasileiro**: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito-CONPEDI, p. 203-223, 2006.

TENÓRIO, F. G. **Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento**. In: CANÇADO; A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR., J. T. (orgs.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Unijuí, 2012, cap. 01, pp. 23-36.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-316-3

